**O fim da farsa: o fluxo financeiro integrado[[1]](#footnote-1)**

**Ladislau Dowbor**

**25 junho de 2018**

Escrevo o presente artigo cansado da imensa farsa que representa a forma como se tem analisado a política econômica nos últimos quatro anos. O grau de distorção é espantoso, e a sobrevivência do discurso, incessantemente repetido nas mídias, só pode ser explicada pelo desconhecimento profundo, pela ampla maioria da população, de como funciona a ecomia, que dirá dos números. Esse último fato, aliás, resulta em boa parte do fato que ninguém nunca recebeu, no ciclo escolar, uma só aula sobre como funcionam a moeda, os bancos e as contas públicas. O movimento do dinheiro é considerado coisa de gente grande, ou seja, de gente de dinheiro. Melhor ensinarmos as peripécias de Dom João VI.

1 – O círculo virtuoso da economia

E, no entanto, não há tanto mistério assim. Como funciona a economia, quando funciona? É só seguir o bom senso. Fazer funcionar a economia consiste em orientar os recursos em função das necessidades das famílias. E não é tão complicado saber o que as famílias necessitam. Ao dirigir os recursos para a base da sociedade, para as famílias que transformam a sua renda em consumo, aumentamos a demanda por bens e serviços. Essa demanda permite uma expansão das atividades produtivas por parte das empresas. Tanto o consumo gera receitas para o Estado por meio dos impostos sobre o consumo, como a atividade empresarial gera receitas por meio dos impostos sobre a produção. Isso permite que o Estado recupere o que colocou inicialmente na base da economia, cobrindo o déficit inicial, e expandindo a sua capacidade de ampliar a dinâmica com investimentos em infraestruturas e políticas sociais. Por sua vez, os investimentos em infraestruturas dinamizam atividades empresariais e empregos. E as políticas sociais, em saúde, educação, cultura, segurança e semelhantes, constituem investimentos nas pessoas, asseguram o consumo coletivo que melhora o bem-estar das famílias e torna o conjunto da economia mais produtivo. Professores, médicos, agentes de segurança também representam empregos. Consumo de bens e serviços, produção empresarial, e investimento público em infraesatruturas e bens de consumo coletivo se equilibram no ciclo econômico.

Esse ciclo econômico-financeiro, em que se melhora o acesso aos bens de consumo e ao consumo coletivo por parte das famílias, em que se amplia o mercado para as empresas, em que se reduz o desemprego pela expansão geral de atividades, e em que o Estado resgata o seu equilíbrio financeiro por meio dos impostos correspondentes, se chama simplesmente de circulo virtuoso. Funcionou no enfrentamento da crise de 1929 nos Estados Unidos (*New Deal*), com forte imposto sobre as fortunas financeiras (até 90%) e expansão das políticas sociais e dos processos redistributivos. Funcionou na reconstrução da Europa no pós-guerra (Estado de Bem-Estar, *Well-fare State*), com aumento sistemático da capacidade de compra das camadas populares, ao se assegurar aumento dos salários proporcionalmente aos aumentos de produtividade, e naturalmente a expansão das políticas sociais de saúde, educação, segurança e outros baseadas no acesso universal público e gratuito. Funcionou também na reconstrução da Coreia do Sul, que manteve um grau de desigualdade muito baixo, e funciona hoje na China que prioriza a expansão do consumo popular e dos investimentos do Estado em infraestruturas e políticas sociais. E funcionou obviamente na fase 2003-2013 no Brasil. O óbvio ululante de hoje, é que sabemos perfeitamente o que funciona em termos econômicos. É orientar os recursos para onde são mais necessários, não para a “economia” em termos abstratos, ou para o “superavit primário” e outras invenções, e sim para o conforto e bem-estar da população.

O que não sabemos, é como conciliar o modelo que funciona com a vontade dos grupos financeiros hoje dominantes de extrair da economia mais do para ela contribuem. Porque quando um dos agentes do ciclo econômico se apropria de muito mais do que contribui, o sistema se desequilibra. Vendem-nos a ideia que mais dinheiro nas mãos dos mais ricos irá se transformar em mais investimentos produtivos, empregos e produtos. Mas o único resultado serão maiores fortunas financeiras, e o drama que hoje enfrentamos, do 1% deter mais patrimônio do que os 99% seguintes. No Brasil, esta proporção está na praça: 6 famílias detêm mais patrimônio do que a metade mais pobre do país, e os 5% mais ricos detêm mais do que os 95% seguintes. De onde vem tanta fortuna em tão poucas mãos? Da apropriação, por parte de uma ínfima minoria, de muito mais patrimônio do que a sua contribuição produtiva. Há ladrões no pedaço. Ou, como o fato é apresentado na linguagem econômica, agentes econômicos com contribuição líquida negativa. Se eu bato uma carteira, também se trata, para a minha vítima, de uma contribuição líquida negativa. Podemos trabalhar e produzir, colocar mais água na bacia, mas se ela vaza, não vai adiantar muito.

2- O bem-estar das famílias

O objetivo geral da economia é, ou deveria ser, o bem-estar das famílias, a ser assegurado de maneira sustentável, ou seja, sem destruir o futuro dos nossos filhos. Esse bem-estar não se resume ao salário, à renda que auferimos. A renda tem papel essencial, sem dúvida, permite comprarmos o remédio, pagar o aluguel e assim por diante. Mas quase igualmente importante é o que chamamos de salário indireto, o acesso ao consumo coletivo que se torna possível quando o país dispõe de sistemas públicos de saúde, educação, cultura, segurança e semelhantes.

O canadense, para dar um exemplo, tem um salário inferior ao do norte-americano, mas tem creche de graça para o seu filho, e no seu bairro, e escola com infraestruturas esportivas, ruas arborizadas que melhoram a qualidade de vida e assim por diante. É significativo constatar que o Canadá assegura o acesso aos serviços de saúde sob forma de serviço público, gratuito e de acesso universal, conseguindo excelentes resultados com um gasto médio de 3,4 mil dólares por pessoa e por ano, enquanto o americano médio gasta–tirando do bolso, numa transação comercial–em média 9,4 mil dólares. A avaliação da OCDE é que os Estados Unidos têm o sistema de saúde mais ineficiente do conjunto dos países desenvolvidos. A saúde do britânico custa 4 mil dólares ao ano, com nível bastante superior. O salário indireto funciona.

O bem-estar das famílias depende também de investimentos em infraestruturas, o que inclui desde a rua asfaltada, até a disponibilidade de rios limpos para o lazer, organização de sistemas de transporte público decente, acesso à água segura, à própria energia elétrica, ou ainda à banda larga gratuita assegurada como serviço público, como já existe em tantas cidades do mundo. O importante para nós aqui, ao desdobrarmos o bem-estar das famílias em renda direta para gastos do cotidiano, acesso a bens de consumo coletivo e infraestruturas que nos permitam um cotidiano equilibrado e condições ambientais razoáveis, é que essas tres dinâmicas que nos permitem ter uma vida digna precisam de muito mais do que do setor privado.

O próprio acesso à renda, o *pocket-money,* depende sem dúvida dominantemente do acesso ao emprego e ao salário, mas depende também de transferências para quem se aposentou, para quem deixou de poder trabalhar, ou que simplesmente não tem como arrumar um emprego, ou seja, depende de transferências monetárias a partir do sistema público. E o acesso aos serviços sociais básicos, onde funciona bem, seja na Coreia do Sul, na China, na Alemanha, na Filnlândia ou no Canadá, constitui essencialmente um sistema público e gratuito de acesso universal. Dizemos gratuito, mas é pago, naturalmente, de forma indireta através dos nossos impostos. É também salário indireto. E a simples constatação de tantas análises de produtividade das políticas sociais é que são muito mais eficientes quando asseguradas de forma universal e gratuita. Onde esse sistema é substituído por empresas com fins lucrativos, teremos educação para ricos e educação para pobres, saúde para ricos e saúde para pobres e assim por diante, com todas as tensões e perdas de produtividade sistêmica que resultam.

3) O equilíbrio entre Estado, empresas e sociedade civil

A visão geral, baseadea na constatação do que funciona pelo mundo afora, e não em simplificações ideológicas, patos e panelas, é que temos de buscar uma economia que sirva à população e não o contrário. Boa economia consiste em bem gerir os nossos interesses comuns.

O que nos interessa em particular aqui, é que já se foi o tempo em que a massa da população dependia apenas do dinheiro de bolso, do salário ou outra fonte de renda. A política pública, em qualquer sociedade que funcione, representa como ordem de grandeza 40% da economia. Não por populações gostarem do “*nanny state”,* estado-babá como dizem com desprezo os americanos, mas porque é mais eficiente em termos de cálculo de custo-benefício elementar, e porque assegura uma maior igualdade social. Ou seja, na principal área de atividades que são as políticas sociais, e que adquiriram nas últimas décadas e no mundo peso econômico maior do que a indústria e a agricultura somadas, não funcionam os mecanismos de mercado, e sim políticas públicas.

Onde as áreas sociais são apropriadas pelas empresas, resultam a indústria da doença, a indústria do diploma, a pasteurização cultura, em vez de políticas inteligentes em termos de resultados econômicos, sociais e ambientais. No setor de segurança, o que era combate à pobreza se transformou em combate aos pobres. Mas a área de atividades econômicas que se agiganta–a das políticas sociais–pode ser um poderoso eixo estruturante de formas descentralizadas e participativas de organização econômica e social: é onde se situam prioritariamente as organizações da sociedade civil. O sueco médio participa de quatro organizações não-governamentais. O controle social é vital para o sistema funcionar. A conectividade, a facilidade de articulação, e as facilidades de organização de sistemas participativos que a urbanização permite abrem espaço para uma governança muito mais descentralizada e participativa. Em particular, a inoperância e ineficiência dos sistemas privados nessa área abrem oportunidades de mudança política e social, por meio de parcerias entre políticas públicas e as organizações da própria comunidade: pois é a comunidade que mais sabe do que precisa.

Em outros termos, para colocar a economia no círculo virtuoso, e para assegurar o bem-estar das famílias, temos de sair da gritaria pelo estado mínimo, de apontar para o “impostômetro”, e de perseguir as organizações da sociedade civil, buscando pelo contrário assegurar um equilíbrio entre essas três formas básicas de organização social. Hoje, o Estado está vendo a sua capacidade de implementar políticas públicas desmanteladas, as empresas estão se transformando em gigantescas pirâmides de poder corporativo controladas pelo sistema financeiro, e as formas organizadas de participação da sociedade, fundamentais para que o conjunto funcione, estão sendo criminalizadas. Como se diz no futebol, é o movimento do caranguejo.

O objetivo geral do desenvolvimento pode ser resumido no conceito de desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente sustentável. Encontra-se detalhado nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, a Agenda 2030. E para ser implementado com sucesso, exige que se assegure o equilíbrio do ciclo econômico, a centralidade do bem-estar das famílias, e uma articulação equilibrada dos papéis do Estado, das empresas e das organizações da sociedade civil. Não bastam os objetivos, temos de organizar o processo decisório correspondente. A “narrativa” de que devemos privatizar, maximizar os lucros corporativos, e recorrer ao Estado mínimo, repousava na ideia de que de posse de mais dinheiro os ricos iriam investir mais, gerar mais produção, e portanto mais emprego, o que geraria maior produtividade social. Hoje as corporações se apropriam de mais dinheiro, e fazem mais aplicações financeiras, que não geram nem empregos nem produtos. É a era do capital improdutivo.

A grande evidência que está hoje no centro das análises renovadas da economia, é que a absurda concentração de poder e de recursos nas mãos dos gigantes financeiros está aprofundando a concentração de renda e de patrimônio, ampliando os desastres ambientais, e nos jogando a todos no marasmo planetário que hoje vivemos. Não haverá equilíbrios econômicos sem equilíbrios sociais e ambientais. No nosso caso, é bastante fácil ver onde o sistema está vazando, como se gerou o parasitismo do sistema financeiro.

4 – A quebra do círculo virtuoso brasileiro (2003-2013)

O círculo virtuoso funcionou sim no Brasil, entre 2003 e 2013, fase que o Banco Mundial chamou de “década dourada” da economia brasileira. Foram criados cerca de 20 milhões de empregos formais, o desemprego baixou para 4,8%, próximo do pleno emprego. O salário mínimo se tornou digno, mesmo se não suficiente, puxando a elevação salarial em geral. Um conjunto de processos redistributivos atingiu 13 milhões de famílias, cerca de 50 milhões de pessoas. Cerca de 15 milhões de brasileiros passaram a ter acesso à eletricidade, mudando radicalmente as suas condições de vida, e inclusive as condições de estudo das crianças. A população universitária mais que dobrou, e abriu-se o acesso ao “andar de baixo”. E tudo isso gerou demanda, que gerou expansão produtiva, o que por sua vez manteve equilibradas as contas públicas. A grande farsa montada, é que a generosidade com os eternamente excluídos do Brasil constituiu populismo, e quebrou as contas públicas. Chamar de populismo uma política que responde às necessidades da população é até curioso: governo é eleito para fazer o quê? E dizer que quebraram as contas públicas é simplesmente uma mentira: quando lançam a grande guerra contra o governo, em 2013, o governo apresenta um superávit de 1,4% (resultado primário) e um déficit total de 2,1% ao contarmos o dreno que constituem os recursos transferidos para os bancos. A Europa considera normal trabalhar com défict de até 3%. Entramos aqui radicalmente no universo da farsa, incessantemente repetida pela mídia, e justificada em grande parte com argumentos de elevado teor ético, de que estaríamos combatendo a irresponsabilidade e a corrupção. A política do ódio, em política, funciona muito.

A quebra do círculo virtuoso se deu não pelo Estado promover uma política inclusiva, e sim pelo fato do sistema financeiro ter aprendido rapidamente a ir buscar no bolso da massa da população o dinheiro de que dispunha, por meio do endividamento. Ficaram também endividadas as empresas, em particular as médias e pequenas, e evidentemente o Estado. Se as famílias não consomem, as empresas não produzem, e ambos setores passam a pagar menos impostos, o que reduz a capacidade do Estado realizar investimentos em infraestruturas e em políticas sociais. A pá de cal é a própria dívida do Estado, que se vê obrigado a desviar grande parte dos seus recursos para pagar juros aos grupos financeiros. É o círculo vicioso em que nos encontramos travados.

A economia não obedece a leis naturais como leis da física, e sim a leis humanas, ou seja, regras do jogo. Na linha de Rousseau, trata-se de contratos sociais. Em 1988, com a nova Constituição, passamos a ter parâmetros legais para o funcionamento do sistema financeiro nacional, por meio do artigo 192º, que limitava em particular os juros a 12% ao ano mais inflação. O desmonte começou em 1995, quando se isentou os lucros e dividendos de pagamento de impostos, um escândalo em si. Paralelamente, fixou-se uma taxa de juros sobre títulos da dívida pública (SELIC) na faixa de 25% na época, remunerando os bancos com os nossos impostos, sem que tivessem de pagar impostos sobre os lucros financeiros assim ganhos. Em 1997 autorizaram o financiamento corporativo das campanhas políticas, o que significou a violação do artigo 1º da Constituição, que reza que “todo o poder emana do povo”. Agora o poder passaria a emanar das corporações. Levaria 18 anos para que em 2015 o STF se desse conta da violação do principal artigo da Constituição: o Congresso que hoje temos ainda constitui o resultado de um processo eleitoral hoje inconstitucional. Os políticos assim eleitos aceitaram em 1999 a liquidação do artigo 192º através de uma proposta de emenda constitucional finalmente aprovada em 2003. O sistema financeiro nacional passou a girar solto, sem regulação, e organizado apenas em torno dos interesses dos próprios intermediários financeiros. Em vez de servir a economia financiando o desenvolvimento, o sistema financeiro passaria a se servir. Nos EUA o governo Clinton também liquidou a regulação financeira em 1999.

Em junho de 2002 Lula lê a Carta aos Brasileiros, em que basicamente se compromete em respeitar o sistema. É dentro do sistema, praticamente com sobras, que se conseguiu os imensos avanços que vimos. Mas o caruncho estava dentro do sistema, e o consumia rapidamente. Em 2005, a dívida das famílias representava 18,42% da sua renda mensal, elevando-se para 43,86% em 2013 e chegando a mais de 46% em 2015. Em si não seria um drama, se não fosse a progressiva elevação das taxas de juros que incidem sobre essa dívida. Na era da moeda virtual e do cartão de crédito, cobrar juros elevados (apresentados ao mês para disfarçar) e tarifas absurdas (5% sobre toda compra com cartão na modalidade ‘crédito’) permitiu ir enforcando as famílias. Em dezembro 2016 havia 58,3 milhões de adultos “negativados”, impossibilitados de tomar empréstimos ou de comprar no crediário. Em junho de 2018 eram 63,3 milhões de adultos, 5 milhões a mais em 18 meses. Com as famílias, estamos falando de mais da metade da população brasileira.

Em si o endividamento não seria crítico se não fossem as taxas de juros aplicadas sobre essas dívidas. Conforme os dados da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contábeis (ANEFAC), que apresenta os juros efetivamente praticados no mercado, as pessoas físicas pagavam, em outubro de 2017, 132,91% ao ano sobre ‘Artigos do Lar’ nos crediários, 65,35% em empréstimo pessoal dos bancos, 297,18% no cheque especial e 326,14% no rotativo do cartão. Para se ter ordem de grandeza, na França o empréstimo pessoal no banco custa menos de 5% ao ano, os crediários raramente ultrapassam 10% ao ano. Os juros praticados no Brasil constituem simplesmente um sistema legal de agiotagem, tornado possível pela eliminação do artigo 192º da Constituição que regulamentava o SFN.

As taxas de juros para pessoa jurídica são tão escandalosas quanto as para pessoa física, proporcionalmente. O estudo da ANEFAC apresenta uma taxa praticada média de 65,92% ao ano para pessoa jurídica, sendo 31,37% para capital de giro, 37,67% para desconto de duplicatas e 149,59 % para conta garantida. Ninguém em sã consciência consegue desenvolver atividades produtivas – criar uma empresa, enfrentar o tempo de entrada no mercado e de equilíbrio de contas – pagando esse tipo de juros. Aqui, o investimento privado e a produção são diretamente atingidos.

As grandes empresas têm como negociar juros mais baixos por meio do BNDES enquanto as multinacionais aproveitam juros abaixo de 5% ao ano no exterior. Mas as pequenas e médias empresas estão condenadas a pegar empréstimos nas agências onde têm suas contas e irão pagar juros surrealistas. O mundo empresarial, que já está sendo paralisado pelo travamento da demanda, constata que recorrer ao crédito para passar pela fase crítica é proibitivo. Além disso, como a elevada taxa Selic permite ganhar mais e sem esforço com aplicações financeiras do que investindo na produção, prática que se generalizou, a recessão foi inevitável. A inflação caiu não por alguma habilidade particular de política macroeconômica, mas simplesmente porque com a economia quebrada as empresas passaram a empurrar seus estoques inclusive com perdas. Inflação se equilibra financiando com crédito barato o consumo das famílias e o investimento das empresas, ou seja, equilibrando a demanda com maior oferta, e não quebrando ambas.

Segundo o Banco Central, o estoque de dívida das famílias e das empresas representa cerca de 3,1 trilhões de reais, quase metade do PIB. Muitos países apresentam um volume maior de endividamento, mas nenhum apresenta as taxas de juros cobradas aqui sobre esse estoque. No cálculo que inclui as dívidas de pessoas físicas e de pessoas jurídicas, crédito livre e direcionado, o fluxo de juros extraídos pelos intermediários financeiros chega a 1 trilhão de reais, 16% do PIB, resultado direto das taxas absurdas que vimos acima.

A intermediação financeira não é atividade fim e sim atividade meio, portanto, representa um custo. Sua função econômica depende da capacidade de fomentar a economia, mediante uma remuneração que precisa ser moderada. Em outros termos, a relação custo/benefício dos bancos tem de ser positiva. A manchete dominical do jornal O Estado de São Paulo, em 18 de dezembro de 2016, resumiu bem a questão: “Crise de crédito tira R$1 Tri da economia e piora recessão”. No mesmo período de 12 meses em que a economia brasileira afundava, o Itaú apresentou aumento de lucros de 32% e o Bradesco de 25%. Os americanos e europeus se espantam com o *spread* bancário de 35%, um ganho sem precisar se dedicar ao trabalhoso processo de identificar projetos, financiar investimentos, enfim, fazer a lição de casa: usar o dinheiro para dinamizar a economia, em vez de extorquir produtores e consumidores.

O quadro já crítico piora naturalmente com a paralisia do importante motor da economia que são os investimentos públicos em infraestruturas e políticas sociais. Os juros internacionalmente praticados sobre títulos do governo situam-se na faixa de meio a um porcento ao ano. O endividamento público só se justifica se a capacidade financeira gerada no governo permite uma dinamização da economia que rende mais do que o custo da dívida. Com uma Selic fixada em 25% ano em julho de 1996, permanecendo neste nível (chegou a 46%) durante a era FHC, e situada na faixa de 14% na era Lula e Dilma (primeiro mandato), o endividamento público se constituiu em mecanismo de transferência dos nossos impostos para os donos dos títulos. Não se tratou aqui de financiar o governo, mas de drenar os seus recursos, desviando os nossos impostos e travando a capacidade de fomento econômico do Estado.

Em 2015, como vemos no gráfico acima, o serviço da dívida pública drenou meio trilhão de reais (8% do PIB) essencialmente para bancos, mas também para grupos internacionais. Atribuir o déficit das contas e a necessidade de um ajuste fiscal ao excesso de ‘gastos’ com políticas sociais constitui uma farsa. O déficit foi essencialmente gerado pelo serviço da dívida pública. O déficit das atividades próprias do governo, o chamado ‘resultado primário’ das contas públicas, nunca ultrapassou 2% do PIB. Na União Europeia, como vimos, se recomenda que não passe de 3%. Nada de anormal. No nosso caso, os juros sobre a dívida pública representam até 8% do PIB, dinheiro que poderia dinamizar a economia através do investimento público. Os ganhos improdutivos do sistema parasitário assim criado são em grande parte reaplicados na dívida pública que explode.

Não há dúvidas sobre o efeito multiplicador dos investimentos públicos em infraestruturas. Mas, curiosamente, o conjunto de investimentos em políticas sociais como saúde, educação, segurança e outros são apresentados entre nós como ‘gastos”, quando há tempos em contabilidade se entende essas rubricas como investimento nas pessoas. Inclusive foram esses tipos de investimentos que geraram os principais milagres econômicos, em particular na Ásia, mas também na Finlândia e em outros países. A perda da capacidade de expansão desse acesso universal a bens públicos gratuitos, pelo desvio dos recursos para o serviço da dívida, representa um recuo em termos de desenvolvimento. Particularmente absurdo, nesse contexto, é a EC 95/2016 travar as políticas públicas, mas não o gasto com juros, de longe a principal fonte de esterilização dos recursos públicos.

Vimos que os intermediários financeiros extraem, sob forma de juros pagos pelas famílias e pelas empresas, o equivalente a 16% do PIB. Aqui vemos que parte dos nossos impostos, no valor de cerca de 6% a 8% do PIB, conforme os anos, é também transformada em juros por meio da dívida pública. É bom lembrar que, embora a taxa Selic tenha baixado para perto de 7%, a inflação baixou mais ainda, e o estoque sobre o qual incidem esses juros aumentou radicalmente, o que significa que, em termos reais, o dreno continua. Se somarmos os três drenos, sobre a demanda das famílias, a capacidade de investimento das empresas e a capacidade de investimento do Estado, estamos falando em mais de 20% do PIB esterilizados. Não há economia que possa caminhar assim. Apenas uma pequena parte desse montante volta para a economia produtiva, pela simples razão de que os papéis financeiros rendem mais do que investir na produção. É o ciclo do capital improdutivo.

Quando, de 2012 para 2013 o governo Dilma constata a impossibilidade de tocar a economia com os drenos financeiros instalados, reduz os juros nos bancos públicos, tanto para pessoas físicas como para empresas, o que levou muitos a migrarem para o Banco do Brasil e a CEF. E reduz a taxa Selic para conter a transferência dos nossos impostos para intermediários financeiros. A taxa Selic chegou na época a 7,25%. A revolta política contra o governo tem aqui a sua raiz: os bancos privados se veriam forçados a controlar a sua agiotagem, e isso atingiu interesses poderosos tanto nacionais como internacionais. E em particular a classe média alta, acostumada a ganhar dinheiro sem produzir, aplicando o seu dinheiro em títulos da dívida pública (tesouro direto), ficou revoltada. A aliança que se formou, com oportunistas políticos, setores do judiciário, a grande mídia e os grupos internacionais (em particular interessados no petróleo) constituiu a base do o golpe. Os golpistas vieram consertar a crise que criaram. Há quatro anos estão consertando.

5 - O fluxo financeiro integrado

O dinheiro em si não tem valor nenhum, ninguém come dinheiro, e muito menos quando é um simples sinal magnético. Um país pode imprimir muito dinheiro e não ficará mais rico. Mas o dinheiro representa sim direitos sobre produtos, matérias primas, tecnologias, mão de obra e assim por diante. E o dinheiro aplicado em papéis financeiros permite a sua multiplicação sem produção, ampliando os direitos de quem aplica. Um bilionário que aplica 1 bilhão de dólares com uma remuneração modesta de 5% ao ano está ganhando 137 mil dólares ao dia sem precisar produzir nada. O ganho reaplicado no dia seguinte leva a mais ganhos, gerando o que em finanças chamaram de *snowball effect,* efeito bola de neve. Isso explica em grande parte essa situação patológica para a economia, de 1% deter mais riqueza do que os 99 seguintes, como vimos acima. É um sistema que remunera os agentes financeiros de maneira totalmente disproporcional relativamente ao aporte produtivo.

Essa financeirização da economia, que leva ao desvio dos nossos recursos do investimento produtivo para aplicações financeiras e consequente enriquecimento dos improdutivos é mundial, e está no centro das análises de Thomas Piketty, Joseph Stiglitz, Paul Krugman e muitos outros hoje na primeira linha das discussões mundiais. O Brasil apenas acompanhou o processo, mas de forma muito mais deformada, drenando e paralizando a economia na mesma proporção em que os bancos e outros agentes financeiros aumentam os seus lucros e dividendos, aliás não taxados.

Resumindo a questão, a economia produtiva no Brasil está vazando por todos os lados. Como vimos, as famílias e as empresas pagam aos intermediários financeiros cerca de um trilhão de reais por ano, sob forma de juros e tarifas diversas, por um serviço que não é produtivo, pedágio sobre a economia real. O Estado transfere como ordem de grandeza 400 bilhões de reais ano dos nossos impostos para os que aplicam em títulos da dívida pública, tanto intermediários financeiros como a classe média alta que descobriu como enriquecer sem produzir. Acrescente-se que o sistema de tributação isenta lucros e dividendos, desconhece o imposto sobre fortuna que existe em tantos países, cobra um valor irrisório sobre a herança, e incide com muita força sobre o consumo, o que penaliza particularmente os mais pobres que transformam em consumo tudo o que recebem. O sistema tributário apenas agrava a deformação. Os ricos gritam que não vão pagar o pato. Nunca pagaram.

Acrescente-se uma evasão fiscal da ordem de 570 bilhões de reais por ano, segundo o sindicato dos fazendários. Isso representa 9% do PIB. Quem evade impostos são os mais ricos, os assalariados têm o seu imposto descontado na folha. E temos também a evasão para o exterior, hoje bem estudada pelo *Global Financial Integrity* que estima em 2% do PIB a evasão por meio de fraudes em notas fiscais com sub ou sobrefaturamento (*transfer pricing*). E finalmente, o fato que os bancos e grandes fortunas detêm em paraísos fiscais 520 bilhões de dólares, equivalentes a 1,9 trilhão de reais, cerca de 30% do PIB, estoque acumulado de recursos que não são investidos no país, não contribuindo para o desenvolvimento, e que sequer pagam impostos. Não à toa são chamados de paraísos. Esse é o fluxo financeiro integrado do Brasil, sistema que obviamente quebrou o país, e o mantém debatendo-se no fundo do poço já há vários anos, em nome da austeridade e da gestão responsável.

Sabemos perfeitamente o que deve ser feito. É só olhar para a Alemanha, para a China, para o Canadá, ou outros países onde o sistema financeiro é utilizado para dinamizar com juros baixos o consumo das famílias, os investimentos empresariais, e as políticas públicas de acesso aos serviços sociais e investimentos em infraestruturas. Como ordem de grandeza, o crédito no Brasil não é alguns porcentos mais caro do que no resto do mundo, não é 50% mais caro: a diferença é da ordem de 800% a 1200%, basicamente pagamos ao mês o que no resto do mundo se paga ao ano. Isso é inviável. O óbvio é que a Dilma foi tirada quando tentou reduzir esses juros, e que a gritaria contra a corrupção, catarse televisiva cotidiana que virou novela, serviu de biombo para a gigantesca expropriação de recursos financeiros do país, devidamente legalizada por um Congresso cuja eleição foi financiada pelos mesmos grupos.

O nosso problema não é saber o que deve ser feito. É conseguir reconstituir no Brasil um sistema político que permita que as medidas sejam tomadas.

Ladislau Dowbor é professor titular de economia na pós-graduação da PUC-SP, e consultor de várias agências das Nações Unidas. O estudo detalhado dos mecanismos apresentados acima, com as fontes originais, pode ser encontrado no livro *A Era do Capital Improdutivo,*  <http://dowbor.org/principais-livros/>

1. Farsa: “Ação ou comportamento ardiloso que induz ao engano; mentira: a campanha foi uma farsa, ele tinha a ficha suja. Por extensão, ação que busca iludir; embuste, fingimento; comédia de nível inferior, ruim. ” (Dicionário online) [↑](#footnote-ref-1)